

Ministério Público investiga ala vip para Olimpíada em hospital público do Rio

18 mil

ALFREDO MERGULHÃO

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

27/07/2016 15h37

A prefeitura do Rio construiu uma ala especial no hospital municipal Miguel Couto, no Leblon (zona sul), que está sob investigação do [Ministério Público do Estado do Rio](#).

O novo setor tem três quartos, consultórios e um salão com cinco macas e pranchas de transportes, além de equipamentos de suporte para pacientes críticos, como respiradores, monitores e desfibriladores.



Ala do hospital Miguel Couto está fechada para a população e sob investigação do Ministério Público
Divulgação Ministério Público

A obra foi concluída em maio, mas os leitos permanecem indisponíveis aos usuários do [SUS \(Sistema Único de Saúde\)](#) no município. As informações foram antecipadas pelo jornal "O Globo" nesta quarta-feira (27).

De acordo com o MP, um inquérito civil foi instaurado para apurar se o espaço estaria fechado à população para atender apenas aos pacientes relacionados à Olimpíada.

O Miguel Couto é uma das unidades hospitalares classificadas como de referência para o atendimento de

emergência nos Jogos Olímpicos de 2016. Mas é também uma das principais unidades da rede municipal e seguirá prestando atendimento ao público durante o evento.

As novas instalações estão situadas no bloco E do hospital, onde também foram construídos oito consultórios no local. Os quartos de luxo são climatizados, com piso de granito, decorados com móveis novos e equipados com TVs de LCD e acesso à internet. Existe ainda uma recepção exclusiva para esta nova área.

Há sinalização bilíngue no local, com placas em inglês e português nas portas.

A ala vip do Miguel Couto foi descoberta durante uma inspeção realizada em maio por promotores da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital. Na ocasião, as obras estavam em fase final de acabamento.

O MP recomendou nesta terça-feira (26) que a secretaria municipal de Saúde inclua as suítes e os consultórios no sistema de regulação imediatamente para que sejam utilizados por toda a rede pública de saúde.

A recomendação faz parte de "um inquérito civil instaurado para apurar supostas irregularidades no funcionamento do hospital relativas às deficiências de recursos humanos, estrutura física, instalações e equipamentos; e falta de medicamentos", informou o MP, em nota.

Apesar do luxo, a inspeção do MP detectou que a obra dos oito consultórios não observou as normas técnicas estabelecidas pela Vigilância Sanitária. Dois elevadores que atendem aos consultórios não têm espaço suficiente para transportar macas ou receber uma pessoa em cadeira de rodas.

Segundo o relatório da inspeção, o diretor geral da unidade de saúde, Cristiano Chamme, informou que as obras nas suítes não eram de responsabilidade da gestão do hospital, mas da RioUrbe (Empresa Municipal de [Urbanização](#)), que contratou a empresa Gruçaí para fazer o trabalho.

Chamme também informou que a direção do hospital não tinha conhecimento do projeto básico, do aporte financeiro e nem mesmo da destinação final do local da obra.

Procurada pela **Folha**, a secretaria municipal de Saúde não deu retorno até a publicação da reportagem.